



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2017/2018

EQUIPA PARLAMENTO DOS JOVENS

Introdução

Igualdade de Género foi o tema em debate em ambos os níveis de ensino da edição 2017/2018 do Parlamento dos Jovens. Foi com grande vitalidade e dinamismo que as escolas abraçaram, uma vez mais, o desafio lançado pela Assembleia da República.

Ao longo desta edição, foi possível confirmar que a iniciativa e o empenhamento dos professores continuam a ser instrumentos propulsores fundamentais do programa junto dos jovens. Estes, aliando o seu dinamismo, espírito empreendedor e originalidade, deram forma às ideias e aprovaram, no Parlamento, duas recomendações, cada uma com oito medidas sobre o tema, que representam o seu olhar sobre a igualdade de género.

Neste documento, é evidenciada a forma como os objetivos do programa foram materializados, analisando-se a execução das várias etapas do programa durante o ano letivo.

I. PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO 2017/2018

Definido o tema pela Comissão de Educação e Ciência, com base nas propostas apresentadas pelos jovens na edição anterior, deu-se início à elaboração do calendário do programa, em colaboração com as entidades parceiras da Assembleia da República para esta iniciativa¹.

Em simultâneo, começaram a ser organizados os aspetos logísticos relacionados com as reservas de alojamento nas sessões nacionais, processo sempre complexo e adensado por vários constrangimentos, nomeadamente:

- a necessidade de concentração dos jovens no menor número possível de unidades hoteleiras, para evitar a sua dispersão, o que conduziria a dificuldades na organização dos transportes e inviabilizaria o cumprimento dos horários estabelecidos na agenda das sessões;
- a proximidade do aeroporto/centro da cidade para as escolas provenientes das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa, evitando-se assim o aluguer de autocarros para assegurar as suas deslocações aeroporto/hotel e hotel/aeroporto;
- a concentração de jovens do mesmo distrito na mesma unidade hoteleira;
- a distribuição de participantes do mesmo sexo por quarto/tipologia, com margem que permita dar resposta às alterações de deputados que ocorrem de forma frequente e intempestiva nos dias que antecedem as sessões nacionais.

Nesta fase, preparou-se ainda o plano de divulgação da edição, com particular incidência de ações no período de inscrição das escolas. Iniciou-se também a recolha de recursos informativos sobre o tema, que são depois disponibilizados na página internet do

¹ Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Instituto Português do Desporto e Juventude, Direções Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores e Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira.

programa e que constituem uma referência para professores e alunos explorarem a matéria em conjunto de forma mais aprofundada.

No início de setembro, realizou-se a habitual reunião de coordenação com as entidades parceiras, onde se abordaram aspetos relacionados com a calendarização das ações do programa, as estratégias de divulgação e apoio às escolas e as alterações aos Regimentos e ao Regulamento do Prémio Reportagem. Foram ainda avaliadas as principais questões suscitadas pelos professores nos relatórios de avaliação das sessões escolares, relacionadas quer com dificuldades na concretização do programa, quer com propostas de aperfeiçoamento do mesmo.

II. DESENVOLVIMENTO DA EDIÇÃO 2017/2018

a. Participação das escolas

Em julho, a Comissão de Educação e Ciência remeteu um ofício a convidar as escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e as escolas do ensino secundário – do ensino público, privado e cooperativo – a inscreverem o programa Parlamento dos Jovens no seu plano de atividades do ano letivo seguinte. Ficou, assim, lançado o mote para a abertura oficial do período de inscrição das escolas, que decorreu entre 24 de agosto e 27 de outubro.

Inscreveram-se um total de 922 estabelecimentos de ensino, o segundo número mais elevado de inscrições² em 22 anos de história do programa, assinalando-se a presença de mais 30 escolas do que na edição anterior: 463 escolas na sessão do ensino básico e 459 na do ensino secundário.

² O primeiro registou-se na edição 2015/2016, com 937 escolas inscritas.

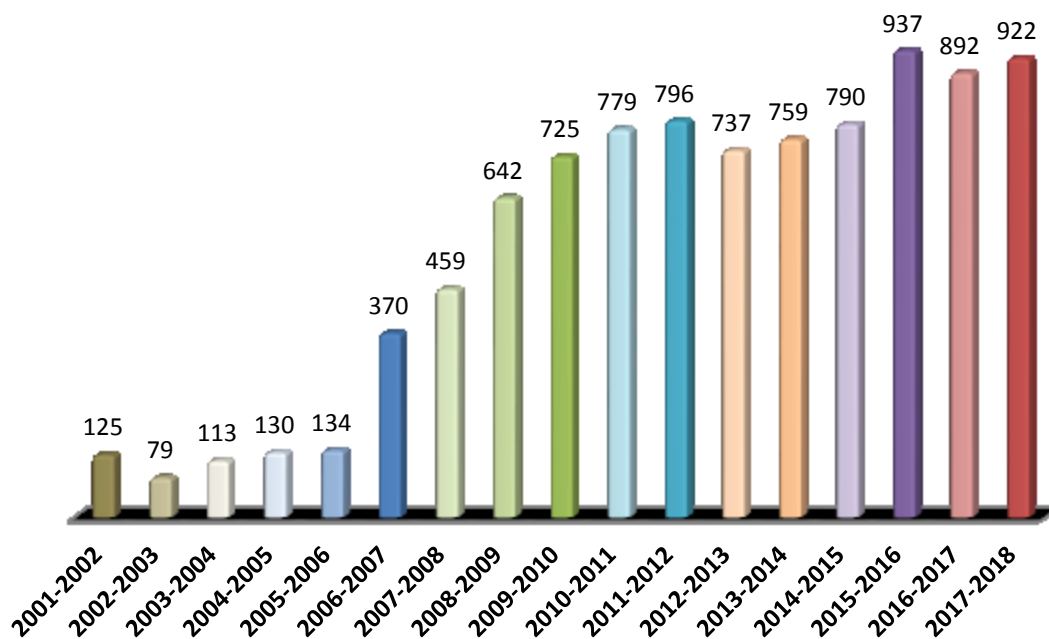


Gráfico 1 – Evolução do número de inscrições no Parlamento dos Jovens desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário³

O gráfico acima demonstra que as três últimas edições do programa registam uma significativa adesão de escolas ao Parlamento dos Jovens, com números substancialmente superiores aos de anos anteriores, sendo revelador do crescente interesse dos jovens pela participação cívica e política.

A aposta num modelo de comunicação mais próximo, privilegiando o contacto direto com a comunidade educativa através das redes sociais Facebook e Instagram, a resposta imediata às questões e dúvidas levantadas através de mensagens instantâneas ou de correio eletrónico e a sistematização de informação na página internet do programa foram certamente determinantes para a tendência de crescimento que se tem vindo a registar, dando maior visibilidade ao programa e criando relações de confiança e proximidade entre participantes e organização.

³ Entre 1995 e 2000 o programa tinha apenas uma sessão, dedicada ao ensino básico. Pelo que foi possível apurar nos registos disponíveis, terão participado, ao longo desses cinco anos, cerca de 60 escolas no programa, então designado “Parlamento das Crianças e dos Jovens”.

Na atual edição, também concorreram para o elevado número de inscrições registado a transmissão, no início do ano letivo, de um novo anúncio institucional na RTP, na RTP Internacional e no Canal Parlamento e a disponibilização de uma versão áudio para divulgação do programa nas rádios escolares.

O tema em debate foi também fundamental para o comprometimento da comunidade escolar e para a motivação e o envolvimento dos alunos neste ano letivo. Nos vários relatórios recebidos, foi sublinhado o manifesto entusiasmo destes por uma matéria com a qual se identificavam e relativamente à qual sentiram que tinham uma palavra a dizer.

Ano após ano, outros fatores têm-se revelado decisivos neste processo de aproximação e, pela sua particular relevância, merecem ser reiterados:

- i. o apoio constante dos parceiros institucionais do programa em todas as etapas, muito em especial no início do ano letivo no contacto privilegiado com as escolas, apelando à sua participação, e na organização de sessões de esclarecimento;
- ii. a disponibilidade e envolvimento de toda a comunidade educativa, em particular as direções das escolas e os professores, que reconhecem o potencial do programa no enriquecimento do currículo escolar;
- iii. a divulgação feita por participantes em anteriores edições, que são fortes aliados na multiplicação de informação sobre o programa nas escolas e um exemplo inspirador para os seus colegas, com quem partilham as suas próprias experiências e se mostram determinados em renovar a sua participação em cada edição.

No que diz respeito aos círculos com maior e menor número de escolas inscritas no ano letivo em análise, os círculos do Porto, de Braga, de Lisboa e dos Açores são os que

possuem registos mais expressivos nas inscrições, tendência que já se verificava em anteriores edições.

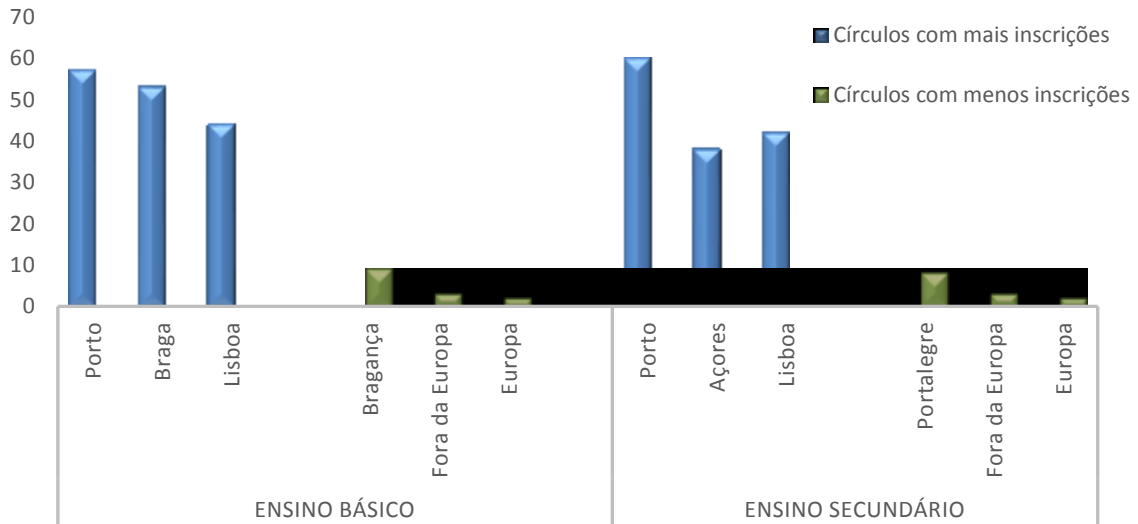


Gráfico 2 – Registo dos círculos com maior e menor número de inscrições em 2017/2018

Com menor participação surgem os círculos da Europa, de Fora da Europa, de Portalegre e de Bragança, sendo que, no caso destes dois últimos, o facto de o número total de escolas existentes nestes distritos ser inferior ao de outros círculos é, logo à partida, um fator condicionador do aumento do número de inscrições. Por outro lado, numa análise proporcional com outros círculos mais populosos, Portalegre e Bragança terão uma taxa de participação no programa a rondar os 90%.

No caso da inscrição de escolas em representação dos círculos da Europa e de Fora da Europa, continua a revelar-se necessária uma maior atenção e uma comunicação mais dedicada, como forma de impulsionar a presença de alunos portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro nesta iniciativa. O papel da Direção-Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas continua a ser fundamental neste contexto, na divulgação do Parlamento dos Jovens junto da rede de embaixadas e consulados e das Coordenações de Ensino de Português no Estrangeiro.

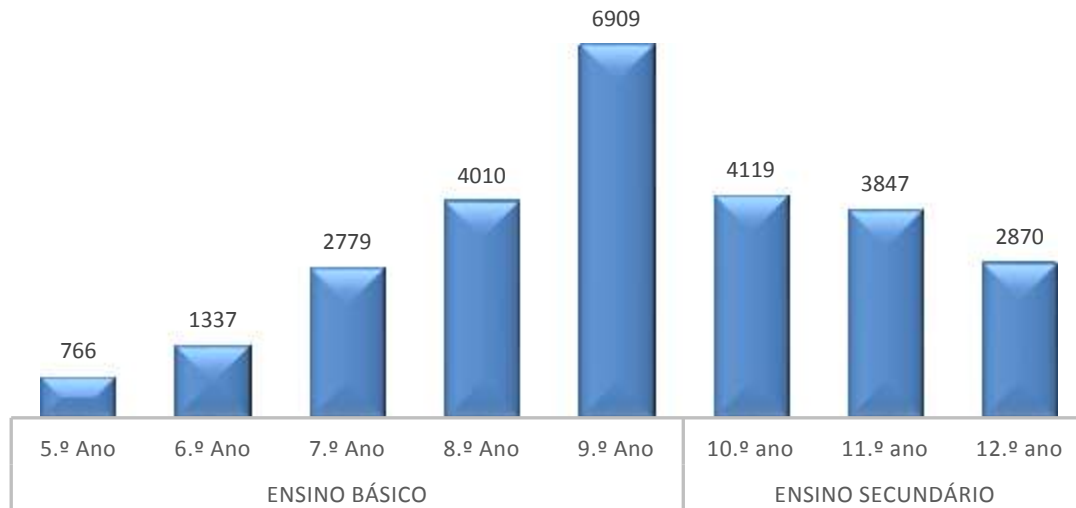


Gráfico 3 – Número de alunos participantes nas listas eleitorais por ano de escolaridade na edição 2017/2018

O gráfico 3 mostra o número de alunos participantes nas listas eleitorais por ano de escolaridade na atual edição, num total de 26 637 candidatos.

Seguindo a mesma tendência de anteriores edições, 69% dos alunos que participaram na edição do ensino básico frequentavam o 8.º e 9.º anos de escolaridade; no caso do ensino secundário, 74% dos alunos eram do 10.º e 11.º anos.

O número de alunos dos 5.º e 6.º anos que participam no Parlamento dos Jovens continua a ser muito reduzido. Como tem sido referido em avaliações anteriores e corroborado pelos relatórios dos professores, esta tendência recorrente prende-se, sobretudo, com o facto de as regras e procedimentos regimentais serem complexos, a linguagem utilizada nos manuais ser muito técnica e conceptual e a escolha de temas nem sempre ser ajustada ao currículo deste nível de ensino.

No sentido de ultrapassar estas dificuldades, e no âmbito da simplificação do Regimento, nesta edição foram introduzidas alterações de modo a agilizar o debate na generalidade e na especialidade, com novas medidas facilitadoras da gestão dos tempos e com a criação de um número limite de propostas de alteração a ser apresentadas. Foi também aclarada a linguagem no que se refere à definição dos vários tipos de propostas existentes.

Outra dificuldade relacionada com a fraca participação dos 5.º e 6.º anos no programa tem que ver com a amplitude das faixas etárias abrangidas pela edição do ensino básico (dos 10 aos 15 anos, com maior incidência na faixa dos 14-15 anos, mas incluindo também alunos mais velhos, no caso da participação de escolas profissionais com ensino básico e de centros educativos). Com o objetivo de atenuar esta disparidade, o Regimento passou a prever um limite de idade para os alunos participantes, que só podem ter, no máximo, 16 anos até ao último dia do prazo de inscrições publicitado no calendário do programa da edição em curso. Tendo sido este o primeiro ano de entrada em vigor desta medida, houve alguma flexibilidade na aceitação de participantes entre os 16 e os 18 anos, perfazendo um total de 430 jovens com estas idades. Sendo inferior ao registado em anos anteriores, este número aconselha, porém, a que possa existir maior rigor e controlo na aplicação desta norma no futuro.

Ainda no que se refere à participação das escolas no programa, deve ser considerado um último aspeto que diz respeito às desistências e exclusões de escolas em diferentes etapas do programa.

Nesta edição, cessaram a sua participação, por desistência ou exclusão, 42 escolas do ensino básico e 45 do ensino secundário, o que significa uma diminuição de 29% relativamente às desistências da edição anterior. A desistência de uma escola do programa pode ter vários motivos, que, de um modo geral, são recorrentes e estão habitualmente relacionados com:

- o desinteresse dos alunos pelo programa perante a concorrência de outros projetos com prémios de participação mais atrativos;
- relacionado com o ponto anterior, o número insuficiente de alunos para a formação de listas para participação no processo eleitoral na escola;
- falta de disponibilidade dos docentes e/ou alunos em prosseguir no programa dada a intensa atividade resultante do envolvimento simultâneo em projetos escolares diversos e igualmente exigentes;
- exclusão por incumprimento das regras do programa, sob proposta das entidades parceiras.

No ano letivo 2017-2018, das 922 escolas inscritas nas duas edições do Parlamento dos Jovens, 835 cumpriram todos os objetivos do programa até ao final das sessões distritais/regionais, tendo sido eleitas 131 escolas para as sessões nacionais.

O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no programa nos últimos quatro anos. Como tem sido assinalado em anos anteriores, a interpretação destes dados permite fazer um balanço muito positivo do desenvolvimento do programa nas escolas e do cumprimento dos seus objetivos fundadores. Mas acima de tudo, permite avaliar o envolvimento e o interesse demonstrados pelos jovens quando se trata de debater questões que afetem o seu presente e o futuro individual e coletivo.

Pode concluir-se, por isso, que atualmente este projeto educativo é reconhecido a nível nacional e também internacional pelo relevante contributo na transmissão de valores democráticos e no desenvolvimento de competências essenciais para a vivência de uma cidadania ativa e para a formação cívica dos jovens.

Edição	ENSINO BÁSICO				ENSINO SECUNDÁRIO				TOTAIS Ensino Básico + Ensino Secundário			
	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
Escolas inscritas	398	479	454	463	392	458	438	459	790	937	892	922
Turmas envolvidas	2139	2493	2718	2445	1998	2064	1832	2228	4137	4557	4550	4673
Participantes nas listas eleitorais	14997	18745	14899	15801	9580	11282	8665	10836	24577	30027	23564	26637
Votantes: eleições sessões escolares	87092	105943	94796	97633	59674	68360	63612	70332	146766	174303	158408	167965
Deputados eleitos: sessões escolares	7440	9112	7874	8434	5797	6840	5775	6659	13237	15952	13649	15093
Deputados eleitos: ses. distritais/regionais	1291	1445	1357	1458	1272	1377	1314	1425	2563	2822	2671	2883
Escolas eleitas: sessão nacional	63	64	64	66	65	65	65	65	128	129	129	131
Deputados eleitos: sessão nacional	126	128	128	132	130	130	130	130	256	258	258	262

Quadro 1 – Evolução da participação de escolas e alunos no Parlamento dos Jovens: 2014-2018

b. Participação das escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa

Os círculos da Europa e de Fora da Europa inscreveram um total de 10 escolas na edição 2017/2018 do Parlamento dos Jovens, mais quatro do que no ano anterior:

ENSINO BÁSICO			
Círculo	Escola	País/Região	Etapas
EUROPA	Cycle d'orientation des Grandes Communes	Suíça	<i>Desistiu</i>
	Le Rocquier School	Jersey	Sessão Nacional
FORA DA EUROPA	Escola Portuguesa de Macau	Macau (China)	<i>Desistiu</i>
	Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe	Sessão Escolar
	Escola Portuguesa Ruy Cinatti	Timor-Leste	Sessão Nacional

ENSINO SECUNDÁRIO			
Círculo	Escola	País/Região	Etapas
EUROPA	Collège de l'Europe	Suíça	<i>Desistiu</i>
	Le Rocquier School	Jersey	Sessão Nacional
FORA DA EUROPA	Escola Portuguesa de Macau	Macau (China)	Sessão Escolar
	Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe	Sessão Nacional
	Escola Portuguesa Ruy Cinatti	Timor-Leste	Sessão Escolar

Le Rocquier School estreou-se pelo círculo da Europa nesta edição e, tendo em conta que as duas outras escolas inscritas em representação do círculo da Europa desistiram da sua participação, foi esta a escola selecionada para estar presente nas sessões nacionais, quer na edição do ensino básico, quer na do ensino secundário.

No caso do círculo de Fora da Europa, o Júri Nacional do programa deliberou admitir a presença da Escola Portuguesa Ruy Cinatti e da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe nas sessões nacionais do ensino básico e do ensino secundário, respetivamente, tendo por base os critérios regimentalmente previstos: a avaliação do trabalho desenvolvido, os relatórios dos professores coordenadores, o princípio da alternância e a representatividade da comunidade portuguesa no respetivo país.

Nesta decisão, o Júri tem também em consideração o parecer pedagógico elaborado pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), parceiro cujo empenho merece ser destacado, pelo apoio constante e pelo estímulo que tem dado na promoção do programa junto das comunidades escolares de ensino de português no estrangeiro.

c. Sessões escolares

A primeira etapa do programa inicia-se com a inscrição das escolas e abrange a fase de debates, eleições e realização das sessões escolares, que decorrem até 30 de janeiro. O processo eleitoral mobilizou cerca de 168 000 alunos, tendo sido eleitos mais de 15 000 deputados para as sessões escolares.

Estas sessões são organizadas pela direção das escolas e pelos professores coordenadores, sempre com o apoio próximo dos parceiros institucionais e da Equipa Parlamento dos Jovens, neste caso de forma mediada.

O primeiro ponto de contacto dos participantes no programa com os Deputados da Assembleia da República (AR) tem lugar nesta etapa, com a realização dos debates nas escolas, um dos pontos altos do programa.

d. Sessões distritais/regionais

Entre 19 de fevereiro e 13 de março realizaram-se 40 sessões distritais e regionais, com a participação de 2883 jovens deputados dos dois níveis de ensino.

Tal como na fase anterior, também estas sessões contam com a presença de Deputados da AR e de várias entidades locais e regionais, tendo as reuniões sido apoiadas por 30 funcionários parlamentares.

Compete às Direções de Serviços Regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e das Direções Regionais do Instituto Português do Desporto e Juventude, no Continente, e das Assembleias Legislativas e Direções Regionais de Educação e de Juventude nas Regiões Autónomas a organização logística destas sessões nas várias localidades. O seu sucesso fica, pois, a dever-se ao prestimoso apoio dos técnicos e coordenadores regionais destas entidades, que asseguram toda a logística relacionada

com as refeições e o transporte dos participantes e professores acompanhantes, bem como a realização prévia da reunião de eleição da Mesa da sessão.

Merece também particular reconhecimento o apoio prestado pelas autarquias e outras instituições locais nas deslocações e na cedência de espaços para a organização destas sessões.

No âmbito desta etapa, deve ainda ser referido que o elevado número de escolas presentes nas sessões distritais em alguns círculos, como é o caso do Porto e de Braga, levou a que as suas sessões fossem realizadas em dois dias (excetuando-se Braga no ensino secundário), sendo esta a única solução que, até à data, tem permitido organizar as reuniões em condições adequadas ao número de participantes em causa (cerca de 150 deputados, 50 professores e alunos na qualidade de jornalistas que, por vezes, são autorizados a participar nesta fase). Deverá, todavia, ser tido em conta que este desdobramento de sessões representa um esforço logístico suplementar e mais encargos financeiros, a serem suportados pelas entidades parceiras, além de sujeitar alunos e professores a uma ausência mais prolongada da escola.

e. Sessões nacionais

Em 2018, as sessões nacionais do Parlamento dos Jovens decorreram nos dias 16 e 17 de abril, no caso do ensino básico, e 14 e 15 de maio, na edição do ensino secundário.

Este ano, foram eleitas para participar na fase final do programa mais duas escolas do ensino básico do que no ano anterior, ou seja, 66, tendo estado presentes 132 jovens deputados. A sessão do ensino secundário manteve o número de participantes do ano anterior com 65 escolas e 130 deputados.

O critério para definir o número de escolas a eleger em cada círculo eleitoral tem por base uma equilibrada representação nacional, o número de escolas participantes em

cada círculo eleitoral, a avaliação pedagógica transmitida pelas Direções de Serviços Regionais de Educação e pelas Direções Regionais de Educação e de Juventude das Regiões Autónomas, bem como as deliberações tomadas em anteriores edições.

Como normalmente acontece, a sessão nacional do ensino básico acolheu a participação de um centro educativo na qualidade de observador convidado – o Centro Educativo dos Olivais, em Coimbra –, na sequência de convite endereçado pela Comissão de Educação e Ciência.

Este convite tem sido feito de forma rotativa, de modo a dar oportunidade de participação nesta sessão a centros de várias regiões do país ou àqueles que, tendo feito a inscrição no programa no início do ano letivo, não conseguiram ser eleitos na fase distrital. Este ano, o Centro Educativo dos Olivais inscreveu-se, pelo quinto ano consecutivo, no Parlamento dos Jovens, facto que revela a importância que este projeto tem no processo de reabilitação dos jovens que o integram. Tendo chegado à sessão distrital, este Centro conseguiu, pela primeira vez, ser eleito como escola suplente do distrito de Coimbra, alimentando a expectativa de poder participar na sessão nacional em caso de desistência de uma das escolas efetivas. O convite que lhes foi dirigido pretendeu distinguir, por isso, o percurso que este Centro Educativo tem feito ao longo dos últimos anos no Parlamento dos Jovens, com um empenho e resultados cada vez mais positivos.

As sessões nacionais mantiveram o seu formato habitual, organizando-se os trabalhos no Palácio de São Bento em dois dias, sendo o primeiro destinado às reuniões das Comissões e o segundo dedicado à Sessão Plenária, em que, após um período de perguntas aos Deputados da Assembleia da República, os jovens debateram e aprovaram as duas Recomendações finais sobre o tema Igualdade de Género, que incluem medidas dos vinte e dois projetos de recomendação em debate em cada um dos níveis de ensino:

[Recomendação aprovada na sessão do ensino básico](#)

Recomendação aprovada na sessão do ensino secundário

A Sala das Sessões voltou a acolher a reunião plenária dos jovens, espaço único e simbólico para todos os participantes no culminar do seu trabalho. As sessões de abertura contaram com a presença do Vice-Presidente da Assembleia da República Jorge Lacão, na sessão do ensino básico, e da Vice-Presidente da Assembleia da República, Teresa Caeiro, no ensino secundário. Em ambos os plenários marcaram também presença o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Alexandre Quintanilha, e a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro. O Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, compareceu na sessão do ensino secundário, no encerramento do debate da manhã.

f. Divulgação do programa

A Equipa Parlamento dos Jovens continuou a dinamizar a comunicação do programa através de:

- transmissão televisiva, radiofónica ([vídeo](#) e [áudio](#)) e via Internet (página e redes sociais) de um anúncio promotor do processo de inscrição no projeto;
- dinamização das páginas internet e das contas de [Facebook](#) e [Instagram](#) do programa;
- divulgação de vídeos pedagógicos sobre as diferentes etapas do programa;
- distribuição de cartazes e Regimentos nas escolas de todo o país, bem como junto das embaixadas e consulados de Portugal e escolas de ensino de português no estrangeiro, com a colaboração das entidades parceiras;
- partilha de hiperligações para a página Internet do Parlamento dos Jovens nos sítios institucionais das entidades parceiras e de alguns estabelecimentos de ensino;
- envio de notas à comunicação social no âmbito das sessões nacionais, que resultaram na publicação de várias notícias em órgãos de âmbito nacional e regional;
- estreita colaboração com o Canal Parlamento, que assegura a transmissão em direto ou em diferido das reuniões das comissões e do plenário de ambas as edições, ficando os vídeos disponíveis para consulta nas páginas internet do programa e da ARTV.

As entidades parceiras e as escolas também contribuem de forma ativa e significativa na ampla promoção, a nível local, dos debates nas escolas e das sessões distritais/regionais, os quais são noticiados com frequência nas suas páginas e blogues, em *newsletters*, nos jornais e revistas escolares e nos órgãos de comunicação social locais/nacionais. A Direção Regional do Centro do IPDJ manteve a prática de transmitir em direto as sessões distritais da região no respetivo portal, o que permitiu às escolas acompanhar de perto a prestação dos seus jovens deputados.

g. Alterações implementadas

Este foi um ano de consolidação de várias ações de aperfeiçoamento do programa que haviam sido implementadas em edições anteriores, pelo que são pontuais e essencialmente relacionadas com aspetos formais as medidas de beneficiação lançadas nesta edição, algumas das quais já mencionadas ao longo do relatório:

- produção de um anúncio radiofónico;
- alterações ao Regimento, seguindo as orientações aprovadas pela Comissão de Educação e Ciência, nomeadamente:
 - a) definição de uma idade limite para os alunos que participam em cada uma das sessões do Parlamento dos Jovens: 16 anos no caso do ensino básico e 19 anos no caso do ensino secundário;
 - b) alteração no modo de indicação dos cargos de Vice-Presidente e de Secretário da Mesa da Sessão Escolar na edição do ensino secundário;
 - c) apresentação de candidaturas à presidência da Mesa da sessão distrital/regional com carácter facultativo;
 - d) definição de tempos exclusivos para a fase de apresentação dos projetos de recomendação e para a fase de debate na generalidade no debate dos projetos de recomendação, em detrimento da existência de um tempo global para ambas as fases;

- e) estabelecimento de um número máximo de três propostas a apresentar no debate na especialidade;
 - f) aclaração dos procedimentos a seguir nas situações de empate quer nas eleições, quer nas votações;
 - g) inclusão de recomendação para limitar o uso de telemóveis pelos deputados efetivos e suplentes, em particular durante as sessões distritais e regionais.
- avaliada a possibilidade de transporte dos participantes dos círculos do continente para a sessão nacional através da rede de comboios da CP, em alternativa aos autocarros, concluiu-se pela impossibilidade de recurso a este meio de transporte pelas limitações da rede ferroviária nacional e dos respetivos horários;
- disponibilização de novos materiais de apoio para as escolas, nomeadamente urnas e boletins de voto em formato eletrónico;
- distribuição de certificados de participação para os deputados efetivos e suplentes eleitos às sessões distritais/regionais e para os deputados dos círculos da Europa e de Fora da Europa eleitos à sessão escolar.

h. Relatórios dos professores e entidades parceiras: principais dificuldades apontadas

Com base neste documento, sintetizam-se abaixo alguns dos aspetos identificados pelos professores coordenadores e pelas entidades parceiras nos relatórios enviados à Equipa Parlamento dos Jovens que deverão ser objeto de particular consideração no futuro e que, no essencial, referem as mesmas questões já suscitadas em anos anteriores:

- dificuldade de conciliação das ações do programa com os horários e atividades letivas de alunos e professores (cargas horárias excessivas);
- necessidade de criação de uma área curricular não disciplinar onde o programa possa ser desenvolvido;
- calendarização excessivamente exigente, nomeadamente na fase escolar;
- necessidade de simplificação de procedimentos, com redução de formulários;
- distribuição de mais materiais de apoio em formato físico.

III. PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A participação dos Deputados da Assembleia da República no Parlamento dos Jovens concretiza-se em vários momentos do programa, desde o início do ano letivo: nos debates nas escolas, nas sessões distritais e regionais, nas reuniões de comissões e no plenário das sessões nacionais.

Coordenada pela Comissão de Educação e Ciência, em especial pelo Grupo de Trabalho – Parlamento dos Jovens, a presença dos Deputados neste contexto é um importante estímulo à participação dos jovens no programa, impulsiona o envolvimento cívico da comunidade educativa e promove uma maior proximidade com a instituição parlamentar.

a. Debates nas escolas

Os debates nas escolas com a participação de Deputados tiveram lugar ao longo de seis semanas no período compreendido entre 4 de dezembro de 2017 e 30 de janeiro de 2018, realizando-se sobretudo às segundas e terças-feiras.

Foram endereçados à Assembleia da República 443 convites, mais 21 do que na edição passada. No total, tiveram lugar 388 debates nas escolas com a presença de Deputados, o que corresponde a um aumento de 7,7% relativamente ao ano anterior.

Apesar dos pedidos recorrentes das escolas para antecipação da realização de debates para o mês de novembro, não tem sido possível corresponder a esta solicitação pelo facto de, nesse mês, ainda estar em curso o processo de discussão e votação do Orçamento do Estado. Como resultado, mantém-se a excessiva concentração de debates das sessões escolares em janeiro, com alterações imprevistas e frequentes, de difícil gestão, que muitas vezes inviabilizam a concretização dos mesmos. Assim, na presente edição não foram realizados 55 debates por impossibilidade das escolas ou por

não ter sido viável a compatibilização de datas com a agenda de trabalho dos Deputados.

No caso das escolas da Europa e de Fora da Europa, não foi possível assegurar a presença de Deputados da AR em debates na fase das sessões escolares. Reforça-se, por isso, a importância de realização de deslocações a estes círculos como forma de apelar a um maior envolvimento dos jovens portugueses e luso-descendentes no programa.

b. Sessões distritais/regionais

Como habitualmente, realizaram-se 40 sessões distritais e regionais, tendo os Deputados marcado presença em todas elas.

c. Sessões nacionais

No culminar do programa Parlamento dos Jovens, os Deputados estiveram presentes nas oito reuniões de comissões e no período de perguntas das duas reuniões plenárias (considerando a edição do ensino básico e a do ensino secundário).

O quadro abaixo sintetiza os números da participação dos Deputados ao longo da edição 2017/2018 do Parlamento dos Jovens:

FASES DEP.	PSD	PS	BE	CDS-PP	PCP	PEV	TOTAIS
Debates nas escolas	165	146	33	29	32	3	408
Sessões Distritais/Regionais	15	16	3	3	3	0	40
Sessões Nacionais	6	6	4	4	4	4	28

Quadro 2 – Participação dos Deputados no Parlamento dos Jovens 2017/2018

Assembleia da República, 7 de setembro de 2018.